
**“NÃO VOTO EM MULHER PORQUE” AS JUSTIFICATIVAS QUE AS PESSOAS
LATINAS DÃO PARA EXPLICAR A AUSÊNCIA FEMININA NA POLÍTICA
ELEITORAL.¹**

**“I DO NOT VOTE FOR WOMEN BECAUSE” THE JUSTIFICATIONS THAT LATIN
AMERICAN PEOPLE GIVE TO EXPLAIN FEMALE ABSENCE IN POLITICS.**

Luciana Panke²

Resumo: *Áreas correlatas como as ciências sociais, humanas, jurídicas e da comunicação, por exemplo, buscam explicar os porquês da não eleição de mulheres aos cargos de representação popular. As teorias feministas e os estudos de gênero contribuem para compreender as relações de poder entre os sexos, arrolando, também, os sistemas capitalista e patriarcal como determinantes na estruturação das sociedades, as quais excluem as mulheres dos espaços de tomada de decisão pública. Neste artigo se apresentam as respostas teóricas aos comentários e às perguntas mais comuns realizados em mais de uma década de palestras nacionais e internacionais sobre imagem pública de candidatas e a participação feminina na política ministradas pela autora. Por uma questão de recorte, foram considerados apenas os países da América Latina cujas conferências foram realizadas presencialmente: Brasil, Argentina, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, República Dominicana e México. A partir de uma metodologia etnográfica participativa, foi possível traçar, então, um padrão comportamental que se reflete nas urnas dos países latinos com base nas intervenções mais frequentes. Os dados qualitativos são cruzados com as leis afirmativas, como cotas de gênero e o número de eleitas, mostrando que quantidade de cadeiras no parlamento, por exemplo, não se reflete, em qualidade de participação, nem em mudança de comportamento eleitoral. Além disso, o texto traz reflexões e propostas para os impasses que impedem os processos democráticos representativos paritários.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Professora da graduação em Publicidade e Propaganda e do programa de pós-graduação do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Líder fundadora do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral. Contato redes digitais @profalucianapanke e-mail lupanke@gmail.com

Palavras-Chave: Comunicação eleitoral. Violência Política de Gênero. Eleições. Representatividade Feminina.

Abstract: *Related areas such as Social Sciences, Humanities, Law and Communication, for example, seek to explain the reasons why women are not elected to popular representation positions. Feminist theories and gender studies contribute to the understanding of power relations between the sexes, also listing the capitalist and patriarchal systems as determinants in the structuring of societies, which exclude women from public decision-making spaces. This article presents the theoretical responses to the most common comments and questions made in more than a decade of national and international lectures on the public image of candidates and female participation in politics given by the author. This paper considers the lectures in the countries where the author was physically present: Brazil, Argentina, Ecuador, Colombia, Peru, Bolivia, Dominican Republic and Mexico. Using a participatory ethnographic methodology, it was possible to trace a behavioral pattern that is reflected at the ballot boxes of Latin American countries. Qualitative data was crossed with affirmative laws, such as gender quotas and the number of women elected, showing that the number of seats in parliament does not reflect the quality of political participation or a change in the political behavior. In addition, the text brings reflections and proposals for the impasses that hinder the parity representative democratic processes.*

Keywords: *Electoral communication. Political Gender Violence. Elections. Female Representation.*

1. Introdução

Se há pouco tempo a pauta da representação feminina se restringia aos postos do legislativo e do executivo e estava encampada pelos movimentos feministas, atualmente ultrapassa essas esferas forçando a ruptura dos “tetos de cristal” (*glass ceiling*) também em outras áreas. Como pesquisadora do tema há mais de uma década, acompanho de perto as pesquisas no campo, assim como sou convidada para ministrar palestras sobre o tema em vários países. Nestas ocasiões, passei a anotar perguntas, comentários e reações que chegavam. Independentemente do posicionamento da pessoa que intervinha, ou da reação geral das plateias, uma coisa é unânime. O tema nunca passou despercebido ou sem alguma comoção, tanto por parte de homens como por parte de mulheres.

Neste artigo, tomo a liberdade de escrita em primeira pessoa por ser um relato etnográfico participativo no qual meu olhar está no objeto ativamente como condutora dos debates nos países mencionados: Brasil, Argentina, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, República Dominicana e México. As palestras foram ministradas entre os anos de 2011 e 2019, período pré-pandêmico, ainda que em 2020 e 2021, outros acontecimentos como o *zoomboombing*³ visibilizaram a violência política de gênero que será descrita a seguir.

Nos últimos anos a agenda pública destaca a invisibilidade das minorias políticas de uma forma que não ocorria há uma década. Em algumas partes, inclusive, virou “gênero” virou palavra “da moda”, sendo usada, inadvertidamente, como sinônimo de mulher. Não há mais espaço para se excluir “gênero” dos debates públicos, nem que seja por uma das suas vertentes: a representatividade das mulheres nos espaços de decisão.

O curioso é que ainda que fenômeno coincida com a ascensão das direitas no mundo e os movimentos de resistência tragam o tema à tona, segmentos de vieses ideológicos distintos têm destacado “gênero” como “mulher”, convergindo para uma pauta que os une. Talvez seja para se encaixar no discurso politicamente correto, por

³ Mais informações em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-19/sequestro-machista-de-videoconferencias-tenta-calar-as-mulheres-na-politica-brasileira.html> Acesso em 05/03/2021

estratégias partidárias, organizacionais, seja para ganhar dinheiro, para aparecer no meio acadêmico e afins. Antes de mais nada, portanto, define-se gênero como não binário e diferente do corpo biológico. “Las identidades de género son inventos culturales, ficciones necesarias, que sirven para construir un sentimiento compartido de pertenencia y de identificación”. (LAMAS, 2013, p. 361). Neste estudo, o foco é a construção política da categoria “mulher” enquanto representação simbólica do conjunto de pessoas que se identificam como mulheres e compartilham experiências em comum no que tange à busca por representatividade no âmbito político.

O artigo, portanto, apresenta inicialmente a formação do raciocínio patriarcal que estrutura as relações de poder. Esta fundamentação é essencial para a compreensão dos comentários acabaram inspirando a categorização das cinco formas de violência política contra as mulheres: cultura da incompetência; cultura do silêncio; cultura do estupro; cultura da servidão e cultura do “mimimi” (PANKE, 2019). Inicialmente, comentadas em um prefácio, agora estão organizadas de modo a mostrar as justificativas frequentes para a ausência das mulheres eleitas ou mesmo candidatas. Amparada por outras estudiosas (os), insiro exemplos das falas coletadas durante o período, apenas identificando o país/ano/sexo preservando a identidade da pessoa. Violência política de gênero é o cerceamento do acesso aos espaços de fala, de representação e de decisão pública, em função do gênero, a partir de mecanismos legais, coercitivos, simbólicos ou físicos.

2. A democracia é democrática?

Os estudos sobre os sistemas representativos dão conta que as democracias não contemplam vários grupos. As decisões são tomadas na maioria dos poderes político, econômico e social por homens, meia idade, seguindo normas de heteronormatividade e eurocentrismo. Nos clássicos gregos, por exemplo, a deliberação é tomada por homens de determinada estratificação social. Mulheres e escravos são excluídos. Aristóteles ao escrever “Política” determinava que a função da mulher estaria restrita ao caráter reprodutivo. “Los nuevos conceptos que aporta Aristóteles para el discurso de lo femenino son los de diferencia y desigualdad. Aristóteles atribuye una jerarquía a la diferencia natural entre los sexos, de la que se

desprende una relación de dependencia. La mujer es un ser imperfecto por ser incompleta. La mujer es sólo materia, un elemento para la procreación. El hombre es el que gobierna la familia por su superioridad natural. Los conceptos discursivos referidos a la mujer se relacionan casi exclusivamente con su función biológica” (PALOMO, p. 417)

Se pode dizer que a questão greco-romana era contextual, que naquela época a sociedade via a mulher de uma forma ou de outra. Pois bem, aqui já começamos a relacionar com uma das conversas atuais, milênios depois das falas que embasam os conceitos ao mesmo tempo democráticos e excludentes. Por um lado sim, há de se considerar a realidade de milênios atrás e de que aquela sociedade também estava influenciada por algo precedente. Já chegamos lá. Por outro lado, a mesma justificativa aristotélica segue valendo nos comentários atuais: mulheres são mães “por natureza”, devem ficar em casa, enquanto os homens mandam e cuidam das coisas “fora”. Isso parece bastante atual e semelhante com o argumento milenar, não?

O que havia antes desse sistema que naturalizou o poder de homens sobre as mulheres e outros homens, também conhecido como “patriarcado”? Primeiramente, o patriarcado não é natural, não é biológico. Ele é um sistema que serve para manter a desigualdade econômica, política e social e ilude quem está em posições subalternas na manutenção do próprio sistema. “O trabalhador não chega espontaneamente à consciência de que paga um alto preço pelo poder de mando que detém em relação a mulher. Não é difícil mostrar uma parte deste preço. Todo trabalhador tem vínculos com mulheres: mãe, esposa, filha, irmã, sobrinha, enfim, parentas consanguíneas ou afins. Sempre que uma destas mulheres receber salário inferior ao masculino meramente pelo fato de ser mulher, os prejuízos estendem-se a parte masculina do grupo familiar”. (SAFIOTTI, 1987, p.22). Safiotti mostra uma das consequências econômicas, mas há outras como a fragilidade emocional, a violência física que pode ter como reflexo sobrecargas no sistema de saúde e jurídico, por exemplo.

D’eaubonne (1977), Dupont (2003) Lerner (2019) Faur (2020) são algumas autoras que explicam as sociedades matrilineares, matrilocais, matriarcais e outras formas de organização dos grupos humanos antes do surgimento do patriarcado. Os estudos na área de história e de antropologia apontam que as relações foram se

construindo de forma a garantir a preservação e prolongação da espécie e, por muito tempo, a relação sexual não era reconhecida como a origem das novas pessoas. Assim, a sacralidade da mulher como geradora da vida se relaciona com as divindades, a Grande Mãe e o respeito à palavra da mulher em si. As crianças permaneciam no núcleo familiar feminino sendo criadas pela mãe e por outras figuras masculinas. “A sociedade matrilocal era um sistema de parceria, sem hierarquia ou tirania (...) Homens e mulheres se revezavam nas tarefas, responsabilidades, diversões e prazeres, mas também tinham seus espaços separados de práticas e rituais espirituais, respeitando assim as diferenças entre os sexos, mas favorecendo e estimulando a complementação e colaboração”. (FAUR, 2020, p.22).

O surgimento da propriedade privada que Engels relaciona com os excedentes da pecuária e da agricultura, a necessidade de estabelecer trocas entre os grupos e o fim das comunidades nômades estabeleceu o matrimônio monogâmico como forma de garantir os herdeiros. “Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social.” (LERNER, 2019, p. 653). Com isso, as mulheres passam a ser propriedade, tal qual escravos, tanto para garantir a legitimidade dos herdeiros, quanto para servir como moeda de troca em caso de conflitos com outros grupos. O corpo feminino já não pertencia mais à mulher, mas ao intercâmbio comercial.

Esta breve contextualização explica a construção milenar do inconsciente coletivo que estabelece os papéis de poder e supremacia do masculino sobre o feminino, não apenas do homem sobre a mulher, mas das características masculinas sobre as femininas. O sexismo é naturalizado a ponto de não ser percebido, inclusive, por quem pesquisa a área, respeita as diferenças ou milita pela inclusão. É um processo de aprendizado constante. É possível imaginar, então, a discriminação para quem não se importa ou acredita, piamente, em lugares determinados na sociedade em função de sexo, cor da pele, posição social.

3. Não voto em mulher porque...

Atualmente, apenas 24 países integrantes das Nações Unidas são governados por mulheres, dos quais dois estão no Caribe: a Primeira-Ministra Mia Amor Mottley, de Barbados, ex-território do Reino Unido, mas que ainda mantém a Rainha Elisabeth como monarca e a presidenta Paula-Mae Weekes, de Trinidad e Tobago. Nos dois territórios, o idioma predominante é o inglês, ambas as líderes são negras e são as primeiras mulheres a ocupar os cargos. Destaca-se que em Trinidad e Tobago a presidenta do Senado, Christine Kangaloo, é de origem indiana e consta como a única no mundo que agrega sexo e raça na posição.

No Brasil, as eleições municipais de 2020 tiveram um pequeno aumento na representatividade de vereadoras, de 13 para 16%, mas ainda abaixo da média na América Latina que é de quase 30% de acordo com o observatório das Nações Unidas. Além disso, o país apresentou um vexaminoso desempenho partidário nas chapas às prefeituras das capitais. Três delas sequer apresentaram mulheres (São Luís, Manaus e Belém), em apenas cinco havia uma candidata na disputa do segundo turno e apenas em Palmas, Tocantins, uma prefeita eleita no primeiro turno, Cinthia Ribeiro, PSDB. Quem considera isso “normal” segue a lógica prevista no sistema patriarcal repetida nos partidos, cujos líderes continuam sendo os mesmos, em sua maioria, há mais de uma década. Um estudo realizado por Rezende, Sarmento e Tavares (2020) nos estatutos dos partidos revelou que, em média, apenas 17% dos cargos nacionais das legendas analisadas estão compostas por mulheres, incluindo aí Secretarias da Mulher. O reflexo é evidente: exclusão das mesas diretivas, da indicação dos cargos, de apoio político e financeiro para candidaturas e repetição das práticas já conhecidas de se fazer política. “Lo importante por ahora al considerar esta cuestión es que la diferencia entre los sexos – macho y hembra; hombre y mujer; masculino y femenino – ha sido un argumento clave en los diversos discursos sociales cuando explican la discriminación a las mujeres” (SERRET, 2006, p.15)

Daqui partimos para a sistematização do primeiro comentário recorrente: **não tem mulheres candidatas**. Esta fala está diretamente ligada com os dados anteriores e, frequentemente, vem de líderes partidários. Na América Latina as mulheres são originárias de três caminhos até a política partidária: familiar, movimentos organizados e vida profissional (PANKE, 2015, 2016, 2018). Em termos numéricos, elas estão

presentes nas agremiações, mas a participação na maioria das vezes não é qualitativa, é quantitativa. A questão está diretamente ligada com a “cultura da servidão” (PANKE, 2019). Elas estão nos partidos, mas para articular a militância, organizar eventos, preparar o café, secretariar, mas na hora de compor a mesa, sair na foto é excluída. O que acontece não apenas nos partidos, mas em sindicatos, associações e outras instituições é de “ainda hoje acontece de, ao escutar uma voz feminina, o público não ouvir uma voz que transmite autoridade; ou talvez não tenha aprendido a reconhecer nela a autoridade” (BEARD, 2018, p.40). Assim, dentro desses espaços não há o reconhecimento da autoridade da fala, como consequência, não é indicada para cargos, para ser entrevistada pela imprensa, não ministra palestras, nem representa o local em eventos. Enfim, não protagoniza nenhum desses locais. Resultado: a não eleição para os cargos eletivos é a ponta do iceberg de um processo muito mais profundo de invisibilidade feminina.

Ocorre também o que Jessica Bennett (2015), do jornal New York Times, popularizou como “bropropriating”, neologismo da língua inglesa que vem de “bro” (brother, cara) e de “appropriating”, apropriação. É quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e a apresenta como se fosse sua, propositalmente ou em uma reunião simplesmente ela não é ouvida e ele sim. Somado a isso, a rotina que as mulheres são submetidas habitualmente, acumulando funções domésticas, profissionais e voluntárias nos partidos inviabilizam a participação em atividade em alguns horários que são permitidos socialmente para os homens.

A latinidade, em seu conjunto, ainda que com matizes, se caracteriza pelo predomínio da voz masculina nos locais de visibilidade, retirando em seus dizeres populares expressões que fortalecem o “macho” e desqualificam o “feminino”. Alguns exemplos. “Vestir los pantalones” significa uma mulher com força, ainda que faça referência à masculinidade. “Calladita es más bonita” com uma afirmação claríssima à submissão feminina. Em português “mulher gosta de apanhar”, “loira burra”, “tinha que ser mulher” são expressões bem comuns. “Pequeñas ‘elecciones’ del inconsciente que, al sumarse, contribuyen a construir la situación disminuida de las mujeres y cuyos efectos acumulados quedan grabados en las estadísticas de la escasísima representación femenina en las posiciones de poder, especialmente

económico y político”. (BOURDIEU, 2000, p. 79) Estes sexismos se repetem no espaço partidário, onde as mulheres deveriam estar sendo preparadas para a vida política em suas diversas fases como a disputa eleitoral, posterior exercício de legislatura/governo e mesmo assumir cargos em secretarias e órgãos previamente.

Comentário dois: **nem mulher vota em mulher**. Há uma narrativa patriarcal muito forte de que mulheres são “naturalmente” inimigas umas das outras. Isso seria originário da noção de disputa de espaços primitivamente por uma questão de reprodução humana e posteriormente o fenômeno “*queen bee*”, no qual mulheres que se destacam no mercado masculino acabam se adaptando à competitividade e repetem o mesmo comportamento predador, não abrindo espaço a outras mulheres e às vezes até sabotando seu trabalho. No México, inclusive, há um ditado que diz “*juntas ni difuntas*” para ilustrar a suposta rivalidade feminina que para o patriarcado teria um homem no fundo da disputa. Mesmo que não haja um parceiro romântico como fundo, a competitividade e a desconfiança entre mulheres que poderiam ser potenciais parceiras interessa à ideologia patriarcal, ou como defendia a filosofia de Maquiavel: dividir para governar.

Essa construção está sendo desmontada com a popularização do conceito de sororidade, advindo da irmandade feminina. Soror vem de irmã, assim como *frater*, vem de irmão. A palavra fraternidade é bastante conhecida como partilha entre pessoas sem diferenciar sexos. Posteriormente o conceito de sororidade foi popularizado, reforçando as irmandades femininas no que tange as opressões que mulheres compartilham referente aos seus corpos, falta de visibilidade, boicotes pelo fato de ser mulher, questionamento de sua palavra. Quando os dogmas religiosos santificaram o corpo feminino também sacralizaram alguns comportamentos e isso foi transferido para a maternidade, para a vida profissional e, conseqüentemente, para a política. De uma mulher eleita se espera uma retidão e alguns comportamentos não cobrados de homens no mesmo cargo.

Sororidade é apoiar outra (s) mulher (es) em seus empreendimentos, quando for injustiçada por questão de gênero, amparar emocionalmente e, principalmente, não prejudicar. Sororidade não significa amar e apoiar cegamente todas as mulheres individualmente. Importante enfatizar que corrupção não tem gênero, por exemplo.

Usar o feminismo para humilhar outras mulheres que discordam de algum tema também não é sororidade. “Las mujeres son sus mayores enemigas” (Mujer, República Dominicana, 2019) Nesse ponto, as mulheres enquanto grupo ainda precisam aprender a separar a discordância de ideias da questão de gênero e entender que quando uma sobe, abre espaço para outras, pois é simbólico e, muitas vezes, inspirador. “Precisamos refletir melhor a respeito do que é o poder, para que serve e como é medido. Em outras palavras, se as mulheres não são vistas como totalmente pertencentes às estruturas do poder, certamente precisamos redefinir o poder?” (BEARD, 2018, p. 90). A mudança é do poder sobre as pessoas para o poder com as pessoas. É a filosofia da partilha e do compartilhamento que está sendo implementada, no lugar do poder opressor que o patriarcado impôs e provocou as desigualdades presentes no mundo todo. “Estar empoderada, assim, exige visibilidade e ter o discurso “autorizado”. É contra esta necessidade de chancela que vários movimentos de gênero lutam. Todas e todos devem ter voz, sem a necessidade de permissão do grupo heteronormativo dominante”. (PANKE, 2019)

Isso nos traz ao próximo comentário: **“tem mulher que só estraga a imagem das mulheres”**. Da mesma forma que existe o *machistômetro* que é um termômetro de expressões machistas verbais e não verbais, existe também o que chamo de *feministômetro*. Neste caso, grupos criam o modelo “ideal” da mulher na política e o que não se encaixa nele é massacrado com a mesma opressão e crueldade que qualquer minoria já passou ao tentar entrar em espaço de não pertencimento. Não se pode repetir a opressão pelo fato de não concordar com as opiniões de mulheres que já estão em cargos ou das que já estão eleitas democraticamente por um grupo se sente representado por aqueles conceitos. “A ideia de que um grupo é uma categoria hermeticamente fechada, cujos membros têm as mesmas maneiras de pensar, as mesmas convicções e eventualmente a mesma culpa, é essencial para a discriminação” (SOLNIT, 2017, p. 147).

A pauta da representatividade feminina na política transcende partidos x ou y afinal o corpo é político e a presença ou ausência de uma mulher em uma mesa de lideranças é simbólico. Entro em exemplos agora: no lançamento da edição brasileira do meu segundo livro: *Campanhas Eleitorais para Mulheres*, recebi alguns

comentários no ambiente digital de que eu não poderia convidar um homem (no caso era um jornalista político) para comentar a obra junto com uma pesquisadora de gênero da minha universidade. Algumas mulheres me criticaram duramente pela minha escolha. Respeito a opinião, mas vi que não fui respeitada e que o preceito básico do feminismo, que é liberdade de escolha, tampouco foi. Entendo que houve ali censura e uma tentativa da famosa atual “cultura do cancelamento” por eu não cumprir o que o *feministômetro* ditava por aquela corrente do feminismo. Como pesquisadora e ativista do protagonismo feminino, prego o equilíbrio entre mulheres e homens, a paridade e o diálogo, assim como a diversidade de opiniões em todos os âmbitos. Se alguém pensa diferente, está perfeito, mas não lhe dá o direito de “cancelar” e agredir.

Outro exemplo: me perguntaram em uma entrevista quando fui dar um curso de capacitação promovido pelo Ministério da Mulher, no Brasil, se eu concordava com a ministra, pessoalmente. Defendo o direito de todas as mulheres têm de ocuparem cargos e espaços de decisão, ainda que pessoalmente não precise concordar com todas que estão em cargos ou que são eleitas. São coisas diferentes. Por fim, ainda sobre o *feministômetro*, em um grande evento nacional, uma deputada federal comentou sobre a frustração gerada por essa cultura do cancelamento por parte dos meios intelectuais que postulam modelos teóricos, ignorando outros fatores como o dia a dia do Congresso, as realidades regionais do país e as demandas das próprias mulheres. “Tem mulheres que nos humilham e nos tratam como se fôssemos inimigas nas redes sociais”. (Mulher, BRASIL, 2019).

Neste sentido, cabe a reflexão do quanto nós, mulheres intelectuais, não podemos estar contribuindo para a “cultura do silêncio” que tantas vezes apontamos o dedo para o patriarcado como o único causador. “A associação entre a cultura do silêncio e a da incompetência pode gerar a chamada “síndrome da impostora”, quando uma mulher passa a duvidar de sua capacidade e seu talento, comprometendo diretamente as relações pessoais, profissionais e, claro, a autoestima”. (PANKE, 2019) Isso acontece no meio acadêmico, e, claro no político e em qualquer um no qual a voz feminina chegue a alguma visibilidade. Assim, ativar o *feministômetro* de modo

a reforçar a cultura da opressão apenas fortalece quem já está forte e bem estabelecido no poder.

Outra explicação é **“voto pelo currículo, não porque é mulher”**. Esse comentário recebi de homens e de mulheres, de idade variada, posicionamento político e de orientação sexual também. Em geral, esse eleitorado pareceu o mais irreduzível, pois se considerava aberto. Para esse grupo, o não voto em mulher e sim “na capacidade”, excluía a questão de que entre as pessoas com o currículo desejado (e com potencial eleitoral, se fosse o caso), poderia estar uma mulher. Nenhuma das pessoas com esse argumento considerava buscar as duas variáveis na hora do voto, analisando, por exemplo, inclusão/exclusão de grupos nas mesas de decisão. Com todos devolvo a pergunta se entre as opções de currículo desejado a pessoa observa o se a possível representação seria de homem ou mulher. As respostas são de descaso, mesmo vindo de supostos progressistas que não se consideravam machistas. Por outro lado, na amostra foi possível observar uma reação de um participante de um evento universitário, um homem branco de meia idade, que me procurou no final da fala: “Não me entra na cabeça porque eu votar em mulher vai mudar alguma coisa se é o currículo que faz a diferença” (Homem, Brasil, 2017)

“El lenguaje contribuye a “normalizar” esa percepción de las cosas haciendo más visibles a los hombres y haciendo menos evidente la presencia de las mujeres en ámbito público. Es “normal”, lo “previsto”, que el director de una empresa, el rector de una universidad o el presidente del país sea varón, lo “anormal” o “inesperado” es que sea una mujer”. (AZAÏS, 2007, p.32) Da mesma forma que a linguagem normaliza os lugares de liderança masculina, naturalizam o não pertencimento feminino. É o que classifiquei anteriormente de “cultura da incompetência” (PANKE, 2019). Para essas pessoas, por mais que conscientemente não considerem a mulher incompetente, naturalizaram que a competência técnica ou política virá de um homem, portanto nem consideram o currículo vindo de uma mulher candidata ou a exclusão da voz feminina desses espaços. Isso não está em cogitação consciente para esse público.

Nas universidades federais brasileiras, por exemplo, apenas 28% das reitorias estão nas mãos de mulheres de acordo com dados publicados na Unesco (UNESCO, 2020). A Ordem de Advogados (*sic*) do Brasil implementou ano passado cotas para

que as diretivas passem a ter mulheres e negros em suas composições. Até hoje nenhuma mulher foi presidente, ainda que metade da filiação seja de advogadas. O mesmo acontece com o Conselho Federal de Medicina e tanto outros que repetem o padrão. “Assim, se crescemos vendo homens em reuniões de cúpula, engravatados reunidos nas fotos de entidades representativas e, ao mesmo tempo, as mulheres quase invisíveis, ou secretariando esses encontros, se naturaliza que ali não seria lugar de mulher”. (PANKE, 2019). Tanto é que em eventos de várias áreas como o de 2021 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) houve determinação que mesas não seriam aprovadas caso não tivessem ao menos uma mulher em sua composição. Se a não percepção da exclusão, ou a naturalização dela, ocorre com profissionais que estudam a sociedade, o que dizer de quem não se permite leituras críticas?

As mulheres são muito sensíveis entram naqueles comentários relacionados à dúvida se o camarada está fazendo um elogio uma crítica. Todos os que ouvi são de homens e fora do Brasil e se relacionam a: são ótimas mães e donas de casa, assim devem ficar lá; minha mulher manda em casa, como se fosse um elogio e por fim, como administram a casa, poderiam administrar algo na prefeitura – nunca relacionados a cargos maiores. A sensibilidade feminina é vista como um defeito e vinculado, necessariamente, ao lar, maternidade e ao espaço doméstico. “Aqui temos paridade de gênero, mas ainda assim as mulheres não participam da maioria das principais comissões por nos julgarem muito fracas” (Mulher, Bolívia, 2018) Há também uma confusão entre sensibilidade e fragilidade, como se ser sensível não fosse uma forma de força ou de percepção ou mesmo como se apenas o sexo feminino fosse o detentor de tal virtude. Os estereótipos de gênero são os mais arraigados nesta categoria tanto como uma forma de diferencial positivo, como pejorativo. No positivo são vistas como as que escutam e são mais pacientes (o que é uma falácia) e no pejorativo, que não teriam pulso firme para gestão (outra falácia). Os estereótipos excluem possibilidades ao pressupor comportamentos esperados de homens e mulheres, além de tentar encaixar os modelos a sistemas de administração pública que se mostram vencidos.

Solnit (2017) cunhou o termo *mansplaning* que significa quando um homem explica a uma mulher algo que ela não perguntou e, muitas vezes, ela entende bem do assunto. Esse tom didático das aulas masculinas está relacionado à “cultura da incompetência” e a essa suposta fragilidade feminina, como se o coletivo de mulheres não fosse capaz de assumir funções intelectuais ou técnicas. “As mulheres estão nas lideranças para cumprir as ordens do governo” (Homem, Equador, 2017) A reiteração dessas narrativas vai endurecendo as bases – que precisamos romper - da violência política contra as mulheres. Diretamente relacionada com este comentário está a “cultura da servidão” no qual a função feminina se restringiria a obedecer.

Julgar e determinar as escolhas pessoais da mulher como se interferissem em uma gestão pública é outra forma comum de violência política. “Não elegeram a candidata porque não tinha marido e diziam que era lésbica” (Homem, Peru, 2016). O comportamento se refere à região metropolitana de Lima, não ao interior do país, revela o conservadorismo e de, certa forma como se o corpo feminino fosse de domínio público. Ainda no país, quando realizei entrevistas em profundidade para o pós-doutorado, um consultor me explicava que as peruanas, como descendentes dos incas eram muito agressivas, por isso não se elegiam. Na lógica dele, poderia me assediar durante o café, mesmo na presença de outra pessoa, com muita naturalidade: “aqui, doutora, carne branca gostamos até de homem” (Homem, Peru, 2014)⁴. Ambos os exemplos classifico de “cultura do estupro” na política, pois se configuram não apenas como ato físico (como vimos recentemente no caso da deputada paulista Isa Penna⁵, assediada em plenário), mas também como violência psicológica. “É quando a mulher se vê agredida em seus saberes, invadida em sua privacidade, questionada em suas escolhas, afetando diretamente sua autonomia, sua liberdade e sua voz. Na lógica do assediador, o outro não existe. Ele apenas é um objeto que deve servir aos seus desejos”. (PANKE, 2019). O corpo das mulheres vem em primeiro lugar, suas roupas, estética, orientação sexual e sua vida pessoal em detrimento dos projetos, conquistas e capital político-social.

⁴ Não publiquei a entrevista dele no livro que relata os resultados.

⁵ Mais informações <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/assembleia-de-sp-de-forma-unanime-amplia-pena-e-suspende-por-seis-meses-deputado-que-apalpou-isa-penna.shtml> Acesso em 01/04/2021.

Por fim, há os que declaradamente afirmam algo como “**Viva los hombres!**”; “você que defendem a participação feminina são **feminazis**, mal-amadas, feministas radicais”, “estimulam **a guerra de sexos**” e afins. Talvez possa parecer exagerado, pouco polido para eventos acadêmicos ou de capacitação profissional, entretanto, já escutei todos esses termos, mais de uma vez, no Brasil e fora, em ambientes presenciais e online. Propositamente está por último porque é o que mais se aproxima da sinceridade do eleitorado que não está seguindo o discurso politicamente correto e adere à pauta da direita conservadora (mesmo sem necessariamente filiação partidária), com a diferença de que não defende nenhuma mulher em nenhuma instância de poder. É importante lembrar que para jogar estrategicamente, entretanto, alguns partidos ou governos às vezes nomeiam mulheres para “enfeitar” a cerimônia (o que é uma violência política de gênero e algumas mulheres por inocência, por propósito ou por esperteza, aceitam).

Seguramente poderia escrever um livro sobre esse tópico, pois, como já mencionei, é uma das experiências mais recorrentes. Uma das mais frequentes foi associar Dilma Rousseff única e exclusivamente ao ex-presidente Lula. Ainda que o sucesso nas urnas esteja subordinada ao carisma e ao capital político dele, associar sua gestão exclusivamente a ele, é melindrar a competência técnica dela, além do papel simbólico da sua eleição. Desde 2011, as perguntas nas palestras sobre sua campanha não eram muitas vezes sobre as estratégias dela, mas sobre Lula. Vê-se aqui um silenciamento do protagonismo feminino da primeira presidenta brasileira.

Outro exemplo contundente, que se encaixa a “cultura do mimimi”, ocorreu em 2014, na Colômbia. Para explicar a importância de identificar os estereótipos de gênero, antes de se planejar uma campanha eleitoral para mulheres, minha palestra se baseou em memes. Já conhecendo a latinidade e a violência do *machistômetro* quando a voz incômoda de uma mulher é porta-voz de outras mulheres, optei pela retórica do riso para expor a pesquisa. Naquela plateia com mais de quinhentas pessoas as reações foram as mais variadas. Desde as gargalhadas, as caras de afirmação e de agradecimento das mulheres e as mãos cruzadas no peito de alguns homens, como sinal de reprovação. Pois bem, estava dado o recado sobre a relação entre comunicação eleitoral para mulheres com os estereótipos que dificultam sua

eleição. Após o evento, em um *happy hour*, fui cercada por um grupo de homens e um deles me perguntou se eu era casada. Não respondi sobre minha vida pessoal, apenas perguntei o porquê da pergunta. Sua resposta foi algo assim: “se você fosse casada, não seria tão dura com os homens” (Homem, Colômbia, 2014). É uma mistura de cultura do silêncio (não diga verdades, não mexa com o *status quo*), com cultura da submissão (só vá até onde o patriarcado permita, *calladita es más bonita*) e cultura do mimimi (são feminazis que reclamam de tudo e deveriam ser mais “boazinhas”). No evento de profissionais e intelectuais da área da comunicação política encontramos esse comportamento sexista, refletindo opiniões dos públicos e, conseqüentemente, os produtos veiculados nas mensagens das campanhas e os resultados das urnas.

A “cultura do mimimi”, portanto, reflete a opinião das pessoas que consideram banais as reivindicações que não correspondem às próprias pautas. Em geral, as falas das minorias políticas são tomadas como exagero, além, claro, da intolerância às diferenças. “Sua falta de abertura, fácil de reconhecer no dia a dia, corresponde a um ponto de vista fixo que lhe serve de certeza contra pessoas que não correspondem à sua visão de mundo preestabelecida” (TIBURI, 2018, p. 24) A desqualificação do discurso feminino e o enquadramento na lógica da “cultura do mimimi” é facilitada pela tradicional associação à loucura, ao não adequado, ao que deve ser silenciado.

Ponderações finais

A pesquisa etnográfica participativa é um instrumento precioso de relato acadêmico, ainda mais quando se acumulam anos de pesquisa e palestras sobre o mesmo tema. Com o compilado de experiências nos vários países é possível traçar alguns pontos em comum e outros divergentes em relação à ausência de mulheres nos postos eletivos na América Latina. O primeiro ponto é que os eventos eram destinados a públicos específicos da área de comunicação política, tanto acadêmico, quanto profissional. Assim, já há um recorte que a priori determinaria uma pré-disposição de interesse ao tema.

O segundo é que entre os posicionamentos de “não haver mulheres disponíveis” ou desinteresse pela política estavam os líderes partidários ou políticos, alguns aparentando sincero interesse em sanar a questão, outros com evidente narrativa para aparecer diante dos demais tanto para desqualificar a fala da palestrante (não é culpa nossa que “vocês” não querem) como para “lavar as mãos” de sua própria responsabilidade pelo desequilíbrio dentro das legendas. Enquanto não houver mudança internas nos partidos, custará mais a eleição de mulheres.

O terceiro ponto é o uso generalizado da palavra “gênero” como se fosse sinônimo de mulher, desconsiderando a presença de outras identidades. Por um lado, pode ser o primeiro passo. Se seguirmos a lógica de que no princípio há dez anos, eu era praticamente a única a falar sobre eleições de mulheres em vários eventos que reuniam profissionais e intelectuais. Depois, houve um avanço em relação a mais palestrantes. Por um lado, para seguir “a onda” foi criada uma espécie de “mesa de mulheres” em alguns eventos grandes, nos quais o protagonismo seguia com homens nos palcos maiores. Por outro, debates sérios, observatórios e comissões foram criados e avançaram enormemente. O que isso tem a ver com o comportamento eleitoral e de opinião pública? Tudo: são os públicos formadores de opinião nas eleições que rompem os padrões patriarcais ou seguem os mesmos comportamentos enraizados de protagonismo masculino, deixando de lado as vozes femininas, seja como candidatas ou como palestrantes.

O quarto ponto se relaciona diretamente com o anterior. Em todos os países são unânimes as falas das mulheres em relação a serem ouvidas e respeitadas, com direito às diferenças ideológicas entre elas e com os homens. A violência política de gênero é fato não reconhecido em alguns grupos, sendo classificada como mera “cultura do mimimi”. A exclusão, ridicularização, o cancelamento, infantilização, o assédio psicológico, moral e sexual por parte de homens e, em alguns casos também de outras mulheres (*feministômetro*), fortalecendo a narrativa patriarcal de manutenção dos mesmos grupos no poder.

Por fim, algumas diferenças que merecem ser assinaladas entre os países. Na Argentina a pauta feminista é mais avançada e progressista. Por mais que a paridade quantitativa não tenha chegado, há avanços substanciais na pauta feminista como lei

do aborto, já houve mulheres na presidência da república, os homens estão presentes no debate sobre a paridade, a literatura sobre o tema é farta e nos ambientes digitais as denúncias sobre temas de desigualdade ecoam fortemente entre homens e mulheres.

Na Bolívia, Equador e México, ainda que haja paridade quantitativa, ainda não há qualitativa. As leis afirmativas foram necessárias para a eleição equitativa, garantindo, ao menos no legislativo, a participação entre os sexos. Nos três países, as mulheres sofrem violência política de gênero chegando a feminicídios políticos. Quando falam nas tribunas, os homens praticam o silenciamento, saem da sala, viram as costas e seguem conversando, excluem de grupos de decisão. Elas acabam participando do poder, sem poder. Na Colômbia há alguns casos isolados simbólicos de protagonismo como a prefeita de Bogotá, Claudia Lopez, e a vice-presidente, Marta Lucía Ramirez, que já havia sido Ministra da Defesa. Ambas representam pautas e posicionamentos diferentes e, também, passaram por ataques semelhantes pelo fato de ser mulher. A percepção, com aqueles públicos, é de que a mobilização pela paridade no país ainda é secundária em relação a outras pautas. No Peru a percepção talvez seja afetada pelo próprio assédio sexual sofrido por parte de entrevistados formais e em outras ocasiões que estive no país. As mulheres me confessaram que também eram acudadas sexualmente com olhares lascivos e descrédito, risos quando falavam nos ambientes políticos.

Finalmente, no Brasil o retrocesso em relação à representatividade feminina nos últimos anos pode ser mostrado em números. Além de apenas uma prefeita nas capitais, duas governadoras, o país estar no 140º. no mapeamento realizado pelas Nações Unidas sobre representatividade parlamentar, no que tange à participação no grupo ministerial, o governo Dilma Rousseff alcançou o maior número de ministras da história, com 18 das 37 pastas na ocasião, quase 50%. Durante o período de Michel Temer, foram duas e no atual, de Jair Bolsonaro, três, ou seja, pouco mais de 10%.

O mais evidente durante o transcorrer dos anos, coincide com os demais países: o aumento da visibilidade da agenda sobre a representatividade de mulheres em vários setores. Uma das hipóteses é que a pauta se tornou mais forte como forma de resistência ao autoritarismo. A conotação equivocada da palavra “gênero”,

alimentada pela disseminação de notícias falsas por toda América Latina, ajudou a fortalecer governos conservadores, dogmáticos e religiosos por toda a religião. Ao mesmo tempo, nos eventos de capacitação profissional e acadêmicos na área de comunicação política há uma demanda que indica a transversalidade da pauta da representação. Tanto nos grupos conservadores, quanto nos progressistas os desafios das mulheres são os mesmos, com algumas diferenças. Partidos centristas parecem estar investindo mais em planejamento, cursos e formação que os de esquerda. Aqui vale um tema de aprofundamento de estudos. E foi possível perceber, também, que várias mulheres que não se consideram feministas, o são, apenas rejeitam o rótulo, possivelmente pela conotação que a palavra recebe nas narrativas desqualificantes, assim como gênero.

Para sintetizar as principais das razões apontadas por estes públicos formados por profissionais e intelectuais da comunicação política, para a ausência das mulheres nos cargos eletivos na América Latina estão, portanto: a) ausência de candidatas (partidos), b) despreparo emocional, c) não pertencimento à política (*machistômetro*), d) mulheres são suas próprias inimigas, e) meritocracia (currículo), f) política só é lugar para “algumas” mulheres (*feministômetro*). No final das contas, ao analisar o resumo das razões coletadas no período, são as próprias mulheres que acabam sendo responsabilizadas pela própria não participação e, conseqüente, não eleição aos cargos públicos. Defendo a tese de que a eleição é conseqüência do protagonismo feminino em todas as áreas e para que isso ocorra, ainda temos muito caminho pela frente.

Referências Bibliográficas

- BEARD, Mary. **Mulheres e poder**. São Paulo: Planeta, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.
- D'EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa, Portugal: Editorial Vega, 1977.
- DUPONT, Valérie. **Feminino ativo, feminino solar**. Curitiba: Amorc, 2003.

- LAMAS, Marta (Compiladora) **El género. La construcción cultural de la diferencia sexual.** 4ª. Reimpresión 2013. México: UNAM, Porrúa, 2013.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** 1ª. Edição digital. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2019.
- LIPOVETSKY, Giles. **La tercera mujer.** Barcelona: Anagrama: 2012.
- PANKE, Luciana. **Campañas electorales para mujeres, retos y tendencias.** México: Piso 15, 2015.
- PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres, desafios e tendencias.** Curitiba: UFPR, 2016.
- PANKE, Luciana. **Campañas electorales para mujeres.** Buenos Aires: La Crujía, 2018.
- PANKE, Luciana. **A (in) visibilidade feminina nos processos de decisão pública.** Prefácio In BERTOTTI, B. M.; VIANA, A. C. A.; JURUENA, C. G.; KREUZ, L. R. C (Orgs). **Gênero e Resistência.** v2. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em https://www.academia.edu/45570966/A_in_visibilidade_feminina_nos_processos_de_decis%C3%A3o_p%C3%ABblica Acesso em 26/04/2021
- PALOMO, Margarita Dalton. **Mujeres, diosas y musas; tejedoras de la memoria.** México: Colegio de México: 1996.
- REZENDE, Daniela, SARMENTO, Raysa, TAVARES, Louise. **Mulheres nos partidos políticos brasileiros: uma análise de estatutos partidários e sítios eletrônicos.** Revista Debates, v.14, 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.
- SERRET, Estela. **Discriminación de género – las inconsecuencias de la democracia.** Cuadernos de la igualdad 6, Consejo Nacional para prevenir la discriminación. México, 2006.
- SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas. Reflexões sobre os novos feminismos.** São Paulo: Companhia das Letras. 2017.
- TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.** 12ª. edição. Rio de Janeiro, São Paulo, Record: 2018.

